

POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE: impactos simbólicos e profissionais na identidade dos educadores

PUBLIC POLICIES OF TEACHER APPRECIATION: symbolic and professional impacts on educators' professional identity

¹Cecilia de Castro Britto, ²Dra. Terezinha Richartz, ³Dr. Alessandro Messias Moreira

¹Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Grupo UNIS, Varginha, Minas Gerais, E-mail: cecilia.brito@alunos.unis.edu.br,
ORCID: 0009-0007-6789-8731

²Doutora em Ciências Sociais. Professora do Grupo Unis, Varginha, Minas Gerais, E-mail: terezinha.richartz@professores.unis.edu.br; ORCID: 0000-0002-8872-1210

³Doutor em Educação. Professor do Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha-MG, E-mail: alessandro.moreira@professor.unis.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8120-6219>

RESUMO

Este artigo visa analisar os impactos materiais e simbólicos das políticas públicas de valorização docente na construção da identidade profissional dos educadores. Considerando que a valorização dos profissionais da educação básica é um fio condutor para o avanço da qualidade educacional e para a consolidação do magistério como profissão socialmente reconhecida. Este artigo, fundamentado em pesquisa bibliográfica, busca demonstrar, a partir da análise teórica de autores nacionais e internacionais, que a valorização docente é multidimensional: envolve remuneração, carreira e condições de trabalho, mas também as dimensões subjetivas que estruturam a identidade profissional (autoimagem, reconhecimento, pertencimento). Foram analisadas produções científicas publicadas entre 2016 e 2025, privilegiando artigos indexados e documentos oficiais da política educacional brasileira. A pesquisa demonstra que políticas públicas de valorização docente tendem a ser frágeis quando se limitam a instrumentos normativos ou financeiros, sem enfrentar a dimensão simbólica que historicamente inferiorizou o ato de ensinar. Conclui-se que valorizar o professor exige mais que avanços legais, demanda um reposicionamento político-cultural capaz de romper com a tradição secular de subalternização da docência e reconhecer o educador como profissional do desenvolvimento social. Pois sem o componente simbólico, as políticas de valorização tendem a produzir efeitos limitados sobre a identidade profissional, gerando baixo impacto subjetivo na percepção do professor sobre si e sobre sua profissão.

Palavras-chave: valorização docente, identidade profissional, reconhecimento simbólico, políticas educacionais.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da educação básica está diretamente relacionada à valorização dos profissionais que a sustentam. No debate sobre políticas educacionais, há consenso de que o professor é protagonista do processo educativo. Entretanto, na prática, a valorização docente ainda é um desafio, e não apenas material, mas também simbólico. A questão é simples e direta: como as políticas de valorização impactam os sentidos que o professor atribui ao seu próprio lugar na profissão, para além do salário e dos instrumentos formais?

Valorizar o docente é muito mais do que pagar salário, é reconhecer a força que o professor exerce na formação das novas gerações, seu lugar e seu valor social. Este artigo parte da hipótese de que a dimensão simbólica da valorização é tão ou mais determinante que a dimensão material para a construção da identidade profissional docente.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar, por meio de revisão bibliográfica, como políticas públicas de valorização atuam na constituição da identidade profissional docente, considerando tanto os seus efeitos materiais quanto os efeitos simbólicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Contexto Recente das Políticas de Valorização Docente no Brasil

Nas últimas décadas, o país passou por avanços legais expressivos no campo da valorização docente. Esses avanços incluem a consolidação do Fundef em 1996, o Fundeb em 2007 e sua reformulação em 2020, além da promulgação da Lei do Piso em 2008. Esses dispositivos jurídicos ampliaram o financiamento, estabeleceram parâmetros de remuneração e definiram diretrizes gerais de carreira. Entretanto, tais instrumentos, embora importantes, não romperam a desvalorização simbólica histórica da profissão. Nesse sentido, a análise contemporânea demonstra que há um distanciamento entre conquistas materiais e a percepção social do valor do professor.

Nóvoa (2022) argumenta que o debate sobre o lugar do professor precisa superar a visão tecnicista da profissão e recolocar a docência como prática intelectual, cultural e política. Isso significa que, embora a legislação tenha avançado, a mudança simbólica ainda é insuficiente para reposicionar o professor como sujeito de produção de conhecimento e não apenas executor de políticas.

2.2 Valorização Docente como Política Pública

Conforme Silva e Nunes (2021), a valorização docente no Brasil tornou-se pauta nacional a partir de leis como a LDB/1996, que estabeleceu os princípios estruturantes da carreira, como o ingresso por concurso, a formação continuada e a progressão funcional, reconhecendo a valorização como uma diretriz nacional. Na sequência, o Fundef/1996 vinculou recursos especificamente ao Ensino Fundamental e destinou parte deles à remuneração docente, ainda que de forma restrita a essa etapa da educação básica. Esse desenho foi ampliado com o Fundeb instituído em 2007 e reformulado em 2020, quando a política de financiamento passou a contemplar toda a Educação Básica e a garantir o mínimo de 60% dos recursos para remuneração e formação dos profissionais da educação, e a Lei do Piso (Lei 11.738/2008) que consolidou o Piso Salarial Profissional Nacional, determinando que estados e municípios adequassem seus planos de carreira a esse parâmetro de referência. Esses marcos legais consolidam a valorização como política de Estado, não favor de governo. Contudo, o debate não pode ser reduzido a salário.

Neste sentido, os autores reforçam que discutir valorização docente exige compreender a articulação entre formação, entrada na carreira e permanência na profissão, pois é nesse percurso que os professores constroem sua identidade profissional. Silva e Nunes (2021) defendem que o desenvolvimento profissional não se limita ao domínio pedagógico ou ao conhecimento de si; precisa ser situado na rede de fatores sociais, econômicos e históricos que moldam o exercício da docência.

Nesse ponto, outras pesquisas aprofundam o quadro. Jacomini e Penna (2016) mostram que a precariedade das condições de trabalho docente não apenas reflete a desvalorização política da profissão, mas também interfere na forma como o professor se percebe e se constitui como profissional. Além disso, as autoras evidenciam que essa precariedade se expressa também na perda de autoridade docente e no enfraquecimento do professor como referência na comunidade escolar, o que compromete sua legitimidade social e afeta o modo como ele elabora sua identidade profissional.

O debate sobre formação também precisa ser ampliado para além do discurso do “aprimoramento técnico”. Masson (2017) observa que, desde os anos 1990, o Brasil tem concentrado grande parte das políticas educacionais na formação docente, porém esse foco isolado não garante valorização, pois a formação só se converte em desenvolvimento profissional quando articulada à carreira e às condições reais de trabalho. A autora também destaca que a valorização docente, enquanto princípio legal, se concretiza por meio da estrutura

da carreira, apoiada na formação como elemento que orienta a profissionalização, a progressão e a permanência do professor na profissão.

Em outro eixo de análise, as políticas educacionais contemporâneas também afetam os modos de ser professor. Signori e Hobold (2024) mostram que as políticas educacionais carregam projetos identitários: ao definir normas, valores e parâmetros avaliativos orientados pela lógica da competitividade econômica, o Estado impõe formas de ser professor que vão sendo incorporadas na seleção, no concurso e no fazer cotidiano da docência. As autoras enfatizam que o professor passa a ser submetido a uma lógica neoliberal que redefine o que significa ser docente: além de ensinar, ele assume um volume ampliado de tarefas e é avaliado por critérios de produtividade, o que altera profundamente os sentidos que ele atribui à própria profissão.

Mas o cenário não é homogêneo. Em contraposição à lógica neoliberal que captura o trabalho docente, Signori e Hobold (2024) afirmam que a universidade continua sendo um espaço de produção de pensamento crítico, capaz de promover uma formação intelectual e cultural emancipadora. Ou seja, embora políticas possam tentar moldar identidades a partir de interesses de mercado, ainda existe campo de resistência e de construção de sentidos profissionais baseados em autonomia, criticidade e projeto formativo.

Por fim, a dimensão das condições de trabalho precisa ser incorporada ao debate da valorização. A condição de trabalho docente está diretamente articulada tanto à qualidade da educação quanto à qualidade de vida dos professores. Caminha e Freire (2025) reforçam que a valorização da carreira não pode ser reduzida ao reajuste salarial, pois envolve a existência de condições adequadas para o exercício da docência, infraestrutura escolar compatível, reconhecimento profissional e políticas institucionais que preservem a saúde e o bem-estar do educador. Diante desse cenário, torna-se fundamental repensar as políticas de valorização docente a partir de uma perspectiva que transcenda a remuneração e reconheça o professor como sujeito do processo educativo.

Caminha e Freire (2025) defendem que a valorização integral envolve criar ambientes de trabalho que promovam pertencimento, cooperação entre os pares e reconhecimento social da docência. Nesse sentido, a superação da desvalorização e da precarização exige políticas que assegurem não apenas direitos salariais, mas também condições simbólicas e institucionais que reforcem o prestígio e a dignidade da profissão. Somente com políticas educacionais comprometidas com essa valorização ampla será possível consolidar uma educação pública de qualidade e socialmente relevante.

A valorização docente é multifacetada: envolve carreira, condições de trabalho, formação inicial e continuada, tempo de estudo remunerado e autonomia pedagógica. Políticas que investem exclusivamente no aspecto remuneratório geram efeitos curtos e superficiais. Políticas que investem em desenvolvimento profissional e em reconhecimento simbólico geram impacto profundo e duradouro.

2.3 Identidade Profissional: mais que título, é sentido

A valorização docente, quando compreendida em sua totalidade, ultrapassa os limites das políticas salariais e estruturais e alcança o campo simbólico, no qual se constrói a identidade profissional do professor. É nesse espaço de significados que se forma o núcleo da docência como prática social. A identidade profissional, portanto, não se restringe a uma dimensão administrativa ou legal, mas traduz o modo como o professor se percebe e é percebido em sua função educativa, constituindo um elemento essencial para compreender os impactos das políticas de valorização na prática e no imaginário docente.

2.3.1 A construção social da identidade docente

A identidade profissional docente constitui-se em um processo dinâmico e histórico, permanentemente reconstruído nas interações sociais, institucionais e simbólicas que permeiam o exercício da docência.

Segundo Nóvoa (2022) a identidade profissional docente não é estática. Ela se constrói socialmente. O professor se torna professor não apenas porque cursou licenciatura, mas porque se reconhece e é reconhecido no seu papel social. Identidade profissional envolve percepção de valor, pertencimento e reconhecimento.

Essa identidade não nasce pronta: ela é construída no processo histórico e concreto do trabalho. Sousa e Silva (2019) mostram que o trabalho é constitutivo da existência humana e que, historicamente, é através dele que o indivíduo se constitui como sujeito. A partir disso, é possível compreender que a identidade docente não nasce pronta: ela se forma na relação com o trabalho e com seus sentidos sociais. Além disso, conforme Sousa e Silva (2019) o trabalho docente é atravessado por determinações sociais, econômicas e culturais que atuam na constituição da identidade profissional do professor, que se forma na interação com o contexto real e não apenas pela formação inicial.

Esse argumento é corroborado por pesquisas que mostram que a formação inicial não é suficiente. Neu e Marchesan (2020) afirmam que existe uma lacuna entre a formação inicial e a prática, e que essa distância afeta o processo de tornar-se professor, porque a identidade profissional não se constrói só na universidade, mas também na inserção concreta da escola e da sala de aula.

Nesse sentido, Neu e Marchesan (2020) evidenciam que é na vivência real da escola, na observação, na análise do cotidiano e nas experiências de interação que o futuro docente constrói significado sobre o que é ser professor, o que reforça a identidade como processo em permanente construção.

Desse modo, a construção da identidade profissional docente ultrapassa a dimensão formativa e alcança o campo das relações humanas e simbólicas que se estabelecem no contexto escolar.

2.3.2 As dimensões relacionais e simbólicas da identidade

A compreensão de identidade como processo também aparece associada às relações humanas. Rech e Boff (2021) mostram que a identidade é compreendida como um processo que emerge da percepção do sujeito como parte da história, construída na relação com o contexto, com suas vivências e com as interações sociais que estabelece. Inclusive, mesmo professores que não tiveram formação inicial centrada na docência vão se constituindo como docentes a partir das interações humanas, das demandas do contexto e das experiências que enfrentam no cotidiano da prática. Segundo Rech e Boff (2021) esse movimento combina dimensões internas e externas: a identidade é construída na articulação entre dimensões biográficas (quem o professor é e como se percebe) e dimensões relacionais (como é reconhecido pelos outros), o que confirma que identidade docente é produção social e não resultado automático do diploma.

No entanto, esse processo de construção identitária sofre forte impacto das políticas educacionais. Zucchini, Alves e Nucci (2023) mostram que a BNC-Formação se articula às políticas educacionais recentes que vêm reorganizando o trabalho docente sob lógicas gerencialistas e neotayloristas, o que interfere diretamente na sua autonomia e na sua identidade profissional. Essas políticas reduzem a complexidade da docência à execução de protocolos e padrões, produzindo uma visão técnica e padronizada do professor, com efeitos de desprofissionalização e esvaziamento do caráter intelectual da profissão.

Há, ainda, o impacto da forma como a valorização docente é concebida no país. Medeiros, Cruz e Franco. (2023) mostram que a valorização docente precisa ser entendida como um conjunto articulado de direitos que inclui remuneração compatível, carreira estruturada, formação, condições de trabalho e tempo institucional de estudo, pesquisa e formação. Entretanto, a produção científica analisada ainda mostra a profissão docente como desvalorizada, tanto nas condições concretas quanto na falta de prestígio social, o que reforça que o salário é apenas uma parte do problema e não resolve a identidade profissional.

Essa discussão dialoga com análises recentes sobre a insuficiência das normativas atuais. Casagrande *et al.* (2025) apontam que a Resolução CNE/CP nº 4/2024 apresenta limites, porque não articula formação com carreira, condições de trabalho e remuneração, o que enfraquece a efetivação da valorização docente como política pública. Os autores defendem que a valorização só se torna concreta quando integra diretrizes que contemplem formação continuada, condições materiais, salários dignos e carreira, de modo a promover desenvolvimento profissional e não apenas normativas vazias.

Essa precarização tem raízes históricas. Cericato (2016) argumenta que a proletarianização da docência resulta de processos históricos que ampliaram o recrutamento de professores sem a formação adequada, deteriorando prestígio, rendimentos e autonomia, e reforçando fragmentações do trabalho que afastam os docentes das decisões pedagógicas. A autora mostra, ainda, que ensinar nunca foi apenas dominar conteúdo; a docência exige competências cognitivas, afetivas, práticas e relacionais, porque é um trabalho que se realiza com sujeitos e contextos, e que integra interpretação, mediação e construção de sentido.

Nesse sentido, Nóvoa (2022) reforça que a identidade docente precisa ser compreendida como um processo em permanente metamorfose, que exige condições políticas, sociais e institucionais que reconheçam o professor como intelectual da educação, e não como mero aplicador de técnicas ou reprodutor de procedimentos. Políticas públicas que ignoram a dimensão simbólica: visibilidade, respeito, autonomia, reconhecimento produzem “valorização vazia”. Sem simbolismo público, não há identidade profissional forte. O professor precisa se ver como autor, não como executor de tarefas burocráticas.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica permite compreender o estado da arte de determinado tema com base em livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. Foram

analisadas aproximadamente 15 produções acadêmicas, entre artigos científicos e capítulos de livros, além de 3 documentos oficiais, contemplando o período de 2016 a 2025. A escolha dessa metodologia se justifica pela intenção de produzir reflexão teórica e analítica, sem recorte empírico específico. Foram consideradas produções acadêmicas que tratam das políticas de valorização docente, profissionalização do magistério, identidade profissional e reconhecimento simbólico.

A análise buscou identificar convergências entre as categorias: valorização docente; identidade profissional; reconhecimento simbólico e políticas educacionais. A seleção do material bibliográfico priorizou produções científicas nacionais indexadas, publicadas entre 2016 e 2025, que tratam de identidade profissional docente em diálogo com políticas de valorização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Valorização Material: avanços normativos, limites estruturais

Os avanços legais conquistados nas últimas décadas, como a instituição do Fundeb e da Lei do Piso, representam marcos da valorização docente. Entretanto, como alertam Silva e Nunes (2021) e também Masson (2017), a valorização não se efetiva apenas pela definição de mecanismos legais, pois a formação e a carreira precisam estar articuladas às condições reais de trabalho para que o desenvolvimento profissional seja concretizado. Isso significa que políticas que atuam exclusivamente na dimensão material: salário, recursos vinculados, carreira, produzem efeitos limitados sobre o sentido do trabalho docente.

Jacomini e Penna (2016) mostram que a precariedade das condições objetivas de exercício da docência interfere diretamente na forma como o professor se percebe, fragilizando sua autoimagem e sua legitimidade social. Logo, a valorização material é condição necessária, mas insuficiente, e seu impacto identitário depende de conexão com dimensões simbólicas e subjetivas.

4.2 A Valorização Simbólica: condição para o reconhecimento profissional

Ao relacionar valorização com identidade profissional, torna-se evidente que o reconhecimento social ocupa lugar central na permanência e no fortalecimento da profissão. A literatura analisada demonstra que, além da remuneração, docentes demandam respeito, visibilidade e reconhecimento de sua autoridade intelectual. Medeiros, Cruz e Franco (2023)

destacam que a produção científica da área evidencia que o salário tem efeito parcial sobre a identidade, sendo a baixa valorização social um fator persistente de desmotivação e desgaste. Casagrande *et al.* (2025) reforçam que normativas isoladas e desvinculadas das condições concretas tornam a política pouco efetiva, pois a valorização se realiza quando integra carreira, formação continuada e condições materiais dignas. Assim, o reconhecimento simbólico não é adorno: é elemento básico para que o professor se perceba como sujeito de seu trabalho, e não como técnico executor.

4.3 A identidade docente como síntese entre políticas, práticas e narrativas sociais

O conjunto das produções estudadas converge para a compreensão de que identidade profissional docente é resultado da articulação entre políticas, contextos institucionais e narrativas sociais. Sousa e Silva (2019) evidenciam que o trabalho, enquanto prática social, é base constitutiva da identidade.

Neu e Marchesan (2020) reforçam que a identidade não se forma apenas na universidade, mas também na inserção concreta na escola. E Rech e Boff (2021) demonstram que identidade é um processo que combina dimensões biográficas (quem o professor é) e relacionais (como é reconhecido pelo outro).

Esta síntese confirma o argumento de Nóvoa (2022) de que a profissionalidade docente não se consolida apenas por acúmulo técnico, mas pela construção cultural e social da profissão. Assim, políticas que tratam o professor como executor padronizado, como mostram Zucchini, Alves e Nucci (2023), produzem identidades frágeis. Políticas que reconhecem o professor como intelectual do ensino produzem identidade forte. Portanto, a identidade profissional docente emerge como resultado da mediação entre direitos, reconhecimento e projeto de profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização docente só produz impacto real na identidade profissional quando integra dois planos: o plano material (salário, carreira, estabilidade e condições de trabalho) e o plano simbólico (reconhecimento, visibilidade, escuta e autonomia). Uma política pública que atua apenas no plano material gera pouco efeito sobre o sentido do trabalho. A construção de identidade profissional exige que o professor se perceba valorizado como sujeito e não apenas como executor operacional da política educacional.

Conclui-se que investir em valorização docente é investir em sentido de profissão. Educação de qualidade se sustenta em professores que se reconhecem e são reconhecidos como profissionais da vida pública e do projeto civilizatório.

Além disso, do ponto de vista de agenda de pesquisa, o tema necessita de aprofundamento empírico com estudos de campo que articulem trajetórias docentes, percepção de reconhecimento e efeitos subjetivos das políticas. Pesquisas sobre identidade profissional docente precisam ampliar o foco para além dos arranjos legais e examinar como as políticas são vividas na escola, nos cotidianos pedagógicos, nas relações de trabalho e na construção do sentido de ser professor em contextos reais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the material and symbolic impacts of public policies for teacher appreciation on the construction of teachers' professional identity. Considering that valuing basic education professionals is a key element in improving educational quality and consolidating teaching as a socially recognized profession, this bibliographical research seeks to demonstrate, based on the theoretical analysis of national and international authors, that teacher appreciation is multidimensional: it involves remuneration, career and working conditions, but also the subjective dimensions that structure professional identity (self-image, recognition, belonging). Scientific productions published between 2016 and 2025 were analyzed, prioritizing indexed articles and official documents from Brazilian educational policy. The results indicate that public policies for teacher appreciation tend to be fragile when limited to normative or financial instruments, without addressing the symbolic dimension that has historically undervalued teaching. It is concluded that valuing teachers requires more than legal advances; it demands a political-cultural repositioning capable of breaking with the secular tradition of subordination of teaching and recognizing educators as professionals in social development. Without the symbolic component, appreciation policies tend to produce limited effects on professional identity, generating low subjective impact on how teachers perceive themselves and their profession.

Keywords: teacher appreciation, professional identity, symbolic recognition, educational policies.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2006. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.

Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.738-2008?OpenDocument. Acesso em: 06.10. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020.

Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.113-2020?OpenDocument. Acesso em: 06.10. 2025.

CAMINHA, Raul Vasconcelos; FREIRE, Miriam Espíndula dos Santos. Os desafios da valorização docente: entre a precarização e a luta pela dignidade profissional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 11, n. 8, ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i8.20564>. Acesso em 07.11/2025.

CASAGRANDE, Jéssica Luana; SOUZA, Bruna de Souza; DUARTE, Marcela; LUCE, Maria Beatriz. Valorização de professores no Brasil: uma análise da Resolução CNE/CP n.º 4/2024. EduSer: **Revista de Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. esp., 2025. DOI: 10.34620/eduser.v17iESP.309.

Disponível em: <https://eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/download/309/237>. Acesso em: 8 nov. 2025

CERICATO, I. L. A formação de professores e a construção da identidade docente. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 21, n. 1, p. 45-58, 2016.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2 (80), p. 177-202, maio/ago. 2016. DOI: 10.1590/1980-6248-2015-0022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSON, Gisele. Valorização dos professores da educação básica: a formação como um dos mecanismos legais de carreira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 849-864, jul./set. 2017. DOI: 10.1590/ES0101-73302017170234.

MEDEIROS, Danyela; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; FRANCO, Maira Vieira Amorim. A valorização docente nos trabalhos acadêmicos: revisão de literatura de 2000 a 2020. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 32, n. 02, p. 335–357, 2023. DOI: 10.14295/momento.v32i02.14322.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14322>. Acesso em: 7 nov. 2025.

NEU, Adriana Flávia; MARCHESAN, Lidiene J. de Souza Costa (orgs.). **Construção da identidade profissional docente: formação, saberes e experiências**. Cuiabá: Pantanal Editora, 2020. Disponível em: <https://editorapantanal.com.br/ebooks/2020/construcao-da-identidade-profissional-docente-formacao-saberes-e-experiencias/Cap1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e222782, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248222782>.

RECH, Ricardo A.; BOFF, Marta M. A constituição da identidade docente e suas implicações nas práticas educativas de professores. **Revista Brasileira de Educação de Pedagogia**, p. 642-667, 2022.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/4BKbgc6L3B5GPxP98RwfsDr/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 8 nov. 2025.

SIGNORI, Z. M. M.; HOBOLD, M. de S. Impactos das políticas educacionais na constituição da identidade profissional dos professores da Educação Superior. **Revista Cocar**, n. 28, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9155>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Cláudio Pinto. Políticas públicas como instrumento de valorização docente no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1131-1156, maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.14575>.

SOUSA, Daniele F.; SILVA, Cirlande C. Trabalho e identidade: reflexão sobre a constituição da identidade docente enquanto elemento de transformação social. **Educitec**, Manaus, v. 5, n. 12, p. 89-99, dez. 2019.

Disponível em:

<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/download/788/336/3270>.

Acesso em: 8 nov. 2025

ZUCCHINI, Leticia Gabriela Cava; ALVES, A. G. R.; NUCCI, Luciana P. A contrarreforma da formação docente: a BNC-Formação e o esvaziamento da autonomia docente. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e87143, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060e87143>